

Empresários rejeitam novo choque

Carlos Menandro

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, entregou, no início da noite de ontem, ao presidente do Congresso Nacional, senador Nélson Carneiro (PMDB-RJ), a proposta de 85 empresários dos diversos segmentos patronais para um programa mínimo de governo que garanta as eleições de novembro e a posse do sucessor de José Sarney em março de 1990.

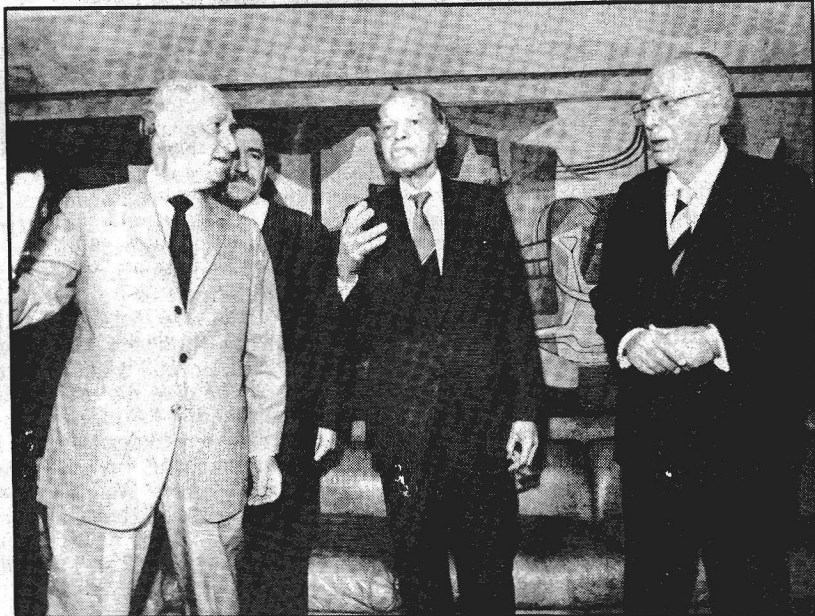
A proposta empresarial nada explícita sobre salários ou dívida externa, mas reivindica maxidesvalorização cambial de 12 a 25%. O diretor do Departamento de Economia da Fiesp, Walter Sacca, justificou a timidez do documento: "Não se trata de um programa de salvação nacional. O objetivo é chegar a março do ano que vem com inflação mensal de 25 a 30%".

Amato tomou a precaução de, antes de ir ao Congresso, passar pelo gabinete do ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, para lhe deixar cópia do documento que te foi entregue em seguida, ao senador Nélson Carneiro. O documento final dos empresários nada tem a ver com o "Plano Concórdia", publicado ontem pelo jornal "O Estado de São Paulo". Mais uma vez, Sacca justificou a falta de ousadia: "ninguém quer inventar a roda. A proposta dos empresários contém o que é conhecido, porém não é observado".

Prioridades

O diretor da Fiesp até revelou que, após ler o texto final da proposta empresarial, o ministro da Fazenda retirou as críticas feitas anteriormente. Segundo o empresário paulista, a proposta não tem a pretensão de ser um programa de estabilização, muito menos um "Plano Concórdia". Trata-se, disse, de simples elenco de prioridades para evitar a hiperinflação. "É preciso parar de se empurrar a crise com a barriga, sob pena de o País ser condenado à hiperinflação. Mas, também chega de cadeira elétrica, referindo-se aos três choques na economia, desde 1986.

O presidente da Fiesp leu, na cerimônia realizada no gabinete do Presidente do Congresso, o longo e monótono documento empresarial, que dá ênfase à condenação dos planos de estabilização com base artificial de combate à inflação. "Não é o caso de se discutir as ra-



Nelson Carneiro (C) recebe de Amato (D) propostas contra crise

zões do insucesso de mais essa tentativa do Governo (Plano Verão). Uma conclusão, porém, parece certa: a inconveniência de mais uma nova tentativa de interferir na ordem econômica com medidas artificiais. O mercado reage sistematicamente com suas próprias forças e o resultado tem sido sempre oposto àquele pretendido pelo Governo".

O documento dá o exemplo: o aumento da taxa de juros "provoca o aquecimento da demanda". O congelamento de preços "faz com que o mercado pratique preços de equilíbrio", através do ágio generalizado e, "exacerba a demanda, pois o consumidor teme as consequências de um novo desabastecimento". Mário Amato citou o grande temor patronal na crise: "estímulo ao surto de greves, na busca desordenada da reposição do poder de compra dos trabalhadores".

Preservar mercado

Para a classe patronal, mais importante é a preservação das regras de mercado, dentro do regime capitalista do País. "A idéia é interferir minimamente nos parâmetros da economia. A experiência demonstrou que alterações bruscas nas regras do jogo não trazem a estabilidade desejada. O que se pretende, ao contrário, é justamente explicitar e garantir a permanência de algumas regras consensuais de balizamento da economia, principalmente a independência, ho-

mogeneidade e universalidade do seu sistema de indexação".

Embora os empresários clamem pela união de "todos os cidadãos brasileiros em torno de objetivos comuns, capazes de preservar a normalidade democrática e estimular a retomada do desenvolvimento econômico", o diretor do Departamento de Economia da Fiesp, Walter Sacca, não aceita a idéia de reativação do Pacto Social, frustrado pelo Plano Verão. "Não dá tempo. Chegaríamos em março de 1990, sem fazer nada e com o caos econômico. A intenção do documento dos empresários "é abafar o risco crescente de hiperinflação e permitir a transição democrática, com eleições em novembro e posse do novo Presidente em março do próximo ano", reiterou Sacca.

No final do documento, os empresários procuram, mais uma vez, transferir ao governo a responsabilidade pelo ajuste econômico, sem nada oferecer de sacrifícios próprios: "Sejamos realistas; o momento não aconselha utopias e sonhos inalcançáveis. Ao invés de buscar pouco prováveis taxas de inflação de um dígito, devemos cuidar de evitar a escalada hiperinflacionária. Para que isso ocorra, acreditamos ser indispensável que o Governo demonstre claramente sua disposição de conter o déficit público, mediante a adoção de medidas austeras e enérgicas".